



AMÉRICO LUÍS MARTINS DA SILVA



DIREITO DE FAMÍLIA

UNIÕES CONJUGAIS, ESTÁVEIS, INSTÁVEIS E COSTUMES ALTERNATIVOS

- A família e as uniões sexuais em seus aspectos naturais e culturais;
- Evolução histórica da família e das uniões sexuais;
- A realidade atual das uniões sexuais e da família nas sociedades humanas;
- As modalidades de uniões sexuais e de constituição da família, sua natureza e seus aspectos jurídicos;
- Casamento e as normas jurídicas que o regulam;
- As uniões estáveis heteroafetivas reconhecidas e não reconhecidas;
- Uniões instáveis heteroafetivas;
- Uniões estáveis poliafetivas;
- Uniões estáveis homoafetivas;
- Família monoparental;
- Legitimação das normas jurídicas, direito vivo e costumes alternativos.



2014

EDITORA CRONUS

© Américo Luís Martins Da Silva

Procurador Federal. Professor de Direito Econômico, de Direito Empresarial, Direito Imobiliário, Direito Civil e Planejamento Tributário da Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Professor de Direito Societário da Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Professor de Direito Societário da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ. Professor de Direito Tributário do Curso de Pós-Graduação em Direito Tributário da Universidade Cândido Mendes - UCAM. Professor de Direito Comercial do Curso de Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá. Especialista em Direito Empresarial, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB. Pós-graduado em Direito Civil pela Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal. Mestre em Direito Empresarial, pela Universidade Gama Filho - UGF do Rio de Janeiro.

Capa:

IDÉE . Arte e Comunicação

Revisão:

Américo Luís Martins Da Silva

Produção Gráfica:

Editora Cronus

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, a violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA CRONUS

Rua Rui Rocha, n. 156

Jd. Colonial Claudia

Leme/SP

CEP: 13610-700

(19) 3572-1464

www.editoracronus.com.br

contato@editoracronus.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO I **A FAMÍLIA E AS UNIÕES SEXUAIS** **EM SEUS ASPECTOS NATURAIS E CULTURAIS**

1.1. Introdução	43
1.2. O estado de natureza.....	44
1.3. O estado de cultura ou de sociedade	45
1.4. Distinção entre fatos do estado de natureza e fatos do estado de cultura.....	51
1.5. Leis naturais e leis convencionais	58
1.6. Leis convencionais universais	61
1.7. Intervenção da cultura na união sexual natural.....	66
1.8. Subsistência de tendências naturais contrárias às instituições culturais	72
1.9. Modalidades de uniões sexuais como instituições naturais ou como instituições culturais.....	87

CAPÍTULO II **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA** **FAMÍLIA E DAS UNIÕES SEXUAIS**

2.1. Introdução	91
2.2. O estado primitivo de promiscuidade dos sexos	93
2.3. As uniões experimentais intermediárias	99
2.4. O matrimônio por grupos.....	105
2.5. O matrimônio sindiásmico.....	110
2.6. A monogamia	114
2.7. As uniões sexuais na Grécia antiga	116
2.8. Casamento por captura, por compra e por serviços prestados ao pai da noiva	128
2.9. As uniões sexuais no Direito Romano	134
2.10. O cristianismo e as uniões sexuais	153

2.11. A influência do Direito Canônico na estrutura das uniões sexuais	155
2.12. O Direito Burguês e as uniões sexuais baseadas no amor sexual moderno	170
2.13. Influência das condições econômicas e sociais sobre as uniões sexuais	183
2.14. Evolução histórica das uniões sexuais no Brasil colonial e o direito vigente na época	190
2.15. A estrutura jurídica das uniões sexuais no Brasil imperial e no Brasil republicano	220

CAPÍTULO III

A REALIDADE ATUAL DAS UNIÕES SEXUAIS E DA FAMÍLIA NAS SOCIEDADES HUMANAS

3.1. Introdução	230
3.2. Família tradicional e família moderna	234
3.3. Influências pré-históricas sobre a família moderna	245
3.4. Reestruturação da família	253
3.5. As novas definições de “família” e o conceito de “unidade doméstica”	256
3.6. Dados estatísticos sobre a situação atual das uniões sexuais	261
3.7. Situação atual das minorias	288

CAPÍTULO IV

AS MODALIDADES DE UNIÕES SEXUAIS E DE CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA, SUA NATUREZA E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS

4.1. Introdução	322
4.2. Elementos diferenciadores das modalidades de uniões sexuais	323
4.2.1. Oficialidade e não-oficialidade	323
4.2.2. Conceito e requisitos da união sexual estável	324

CAPÍTULO V

CASAMENTO E AS NORMAS JURÍDICAS QUE O REGULAM

5.1. Definição de casamento	337
5.2. Natureza jurídica do casamento	343
5.3. Fins do casamento	347
5.4. Princípios do casamento	348

5.5. Características do casamento	350
5.6. Fases do casamento	354
5.6.1. Fase da habilitação dos contraentes e publicação dos proclamas	354
5.6.1.1. Capacidade dos contraentes.....	358
5.6.1.2. Impedimentos matrimoniais.....	363
5.6.1.2.1. Conceito e características do impedimento.....	363
5.6.1.2.2. Evolução histórica do impedimento matrimonial.....	364
5.6.1.2.3. Espécies de impedimento	366
5.6.1.2.3.1. Impedimento matrimonial dos entre ascendentes e os descendentes	367
5.6.1.2.3.2. Impedimento matrimonial entre parentes afins em linha reta	369
5.6.1.2.3.3. Impedimento matrimonial entre o adotante e o cônjuge do adotado e o adotado e o cônjuge do adotante.....	371
5.6.1.2.3.4. Impedimento matrimonial entre irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive	372
5.6.1.2.3.5. Impedimento matrimonial entre o adotado e o filho do adotante.....	373
5.6.1.2.3.6. Impedimento matrimonial entre pessoas casadas.....	374
5.6.1.2.3.7. Impedimento matrimonial entre o cônjuge sobrevivente e o condenado por homicídio do seu consorte.....	378
5.6.1.2.4. Impedimentos matrimoniais entre nubentes de nacionalidades diferentes...	379
5.6.1.2.5. Impedimentos matrimoniais canônicos.....	380
5.6.1.3. Causas suspensivas do casamento.....	383
5.6.1.3.1. Conceito e características das causas suspensivas	383
5.6.1.3.2. Espécies de causas suspensivas	383
5.6.1.3.2.1. Casamento de viúvo ou viúva sem inventário e partilha dos bens.....	387
5.6.1.3.2.2. Casamento de viúva ou de mulher cujo casamento foi anulado ou se desfez até dez meses depois da viuvez ou da dissolução.....	389
5.6.1.3.2.3. Casamento de divorciado, enquanto não homologada ou decidida a partilha dos bens	390
5.6.1.3.2.4. Casamento envolvendo o tutor, ou o curador, e respectivos parentes, com a pessoa tutelada ou curatelada	391
5.6.1.4. Oposição dos impedimentos e das causas suspensivas	392
5.6.1.4.1. Conceito de oposição	392
5.6.1.4.2. Legitimação para apresentar oposição	392
5.6.1.4.3. Forma da oposição.....	393
5.6.1.4.4. Oportunidade para apresentação da oposição.....	394
5.6.1.4.5. Procedimento da oposição	394
5.6.1.4.6. Efeitos da oposição.....	395
5.6.1.4.7. Dispensa dos impedimentos e das causas suspensivas.....	397
5.6.1.5. Fases do processo de habilitação	397

5.6.1.5.1. Documentação que instruem a habilitação	398
5.6.1.5.1.1. Requerimento para habilitação matrimonial	398
5.6.1.5.1.2. Identificação dos contraentes	399
5.6.1.5.1.3. Certidão de nascimento dos contraentes	401
5.6.1.5.1.4. Comprovante de residência	402
5.6.1.5.1.5. Autorização ou anuência dos pais ou responsáveis	402
5.6.1.5.1.6. Suprimento judicial do consentimento	404
5.6.1.5.1.7. Declaração de duas testemunhas	405
5.6.1.5.1.8. Declaração de estado civil, de domicílio e de residência dos contraentes e respectivos pais	406
5.6.1.5.1.9. Certidão de óbito do cônjuge falecido, de nulidade ou de anulação do casamento ou averbação do divórcio	407
5.6.1.5.1.10. Habilitação de menores de dezesseis anos	410
5.6.1.5.2. Proclamas	417
5.6.1.5.3. Certidão	420
5.6.1.5.4. Registro	421
5.6.1.6. Exame pré-nupcial	421
5.6.1.6.1. Peculiaridades do exame pré-nupcial	421
5.6.1.6.2. Exames pré-nupciais para o casal	422
5.6.1.6.3. Exames pré-nupciais para as mulheres	426
5.6.1.6.4. Exames pré-nupciais para os homens	428
5.6.2. Fase da celebração do matrimônio	430
5.6.2.1. Formalidades da celebração do matrimônio	430
5.6.2.2. Suspensão da celebração do matrimônio	434
5.6.2.3. Celebração do matrimônio por procuração	436
5.6.2.4. Celebração do matrimônio religioso com efeitos civis	439
5.6.3. Assento do casamento no Livro de Registro	446
5.6.4. Prova do casamento e estado de casado	451
5.7. Invalidade do casamento	456
5.7.1. Casamento inexistente	456
5.7.1.1. Identidade de sexos	459
5.7.1.2. Falta de celebração matrimonial	465
5.7.1.3. Ausência total de consentimento	466
5.7.2. Casamento nulo	468
5.7.2.1. Características da nulidade matrimonial	468
5.7.2.2. Causas taxativas da nulidade matrimonial	470
5.7.2.3. Legitimidade para promover a nulidade matrimonial	472
5.7.2.4. Ação de nulidade matrimonial absoluta	473
5.7.2.5. Efeitos jurídicos da nulidade matrimonial	477

5.7.2.6. Imprescritibilidade da nulidade matrimonial.....	479
5.7.3. Casamento anulável.....	479
5.7.3.1. Características da anulabilidade matrimonial	479
5.7.3.2. Causas da anulabilidade matrimonial.....	480
5.7.3.3. Legitimidade e prazo para promover a anulabilidade matrimonial.....	491
5.7.3.4. Ação de anulação matrimonial.....	494
5.7.3.5. Efeitos jurídicos da anulabilidade matrimonial.....	494
5.7.4. Casamento putativo.....	495
5.8. Eficácia do casamento	499
5.8.1. Efeitos do casamento em geral	499
5.8.2. Deveres de ambos os cônjuges	502
5.8.2.1. Deveres conjugais explícitos.....	503
5.8.2.1.1. Dever conjugal de fidelidade recíproca.....	503
5.8.2.1.2. Dever conjugal de coabitação.....	509
5.8.2.1.3. Dever conjugal de mútua assistência.....	511
5.8.2.1.4. Dever conjugal de sustento, guarda e educação dos filhos.....	514
5.8.2.1.5. Dever conjugal de respeito e consideração mútuos.....	520
5.8.2.2. Deveres conjugais recíprocos implícitos.....	526
5.8.3. Direitos dos cônjuges	527
5.8.3.1. Direção da sociedade conjugal.....	527
5.8.3.2. Direção unilateral e exclusiva da família	531
5.8.3.3. Representação legal da sociedade conjugal	535
5.8.3.4. Administração dos bens comuns e particulares do cônjuge.....	536
5.8.3.5. Participação no sustento da família e na educação dos filhos.....	537
5.8.3.6. Escolha do domicílio do casal.....	539
5.8.3.7. Acréscimo do sobrenome do cônjuge	540
5.8.3.8. Planejamento familiar	543
5.9. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.....	560
5.9.1. Distinção da dissolução da sociedade conjugal e da dissolução do casamento ...	560
5.9.2. Separação de corpos e afastamento temporário do lar conjugal.....	560
5.9.3. Separação conjugal.....	566
5.9.3.1 Separação conjugal judicial	570
5.9.3.2. Separação conjugal extrajudicial ou administrativa	572
5.9.4. Restabelecimento da sociedade conjugal	573
5.9.5. Dissolução matrimonial pelo divórcio	576
5.9.5.1. Evolução histórica do divórcio	576
5.9.5.1.1. Divórcio nas antigas civilizações orientais	576
5.9.5.1.2. Carta de repúdio no Código de Hamurabi.....	576
5.9.5.1.3. Divórcio nas leis de Moisés e nas Escrituras	578

5.9.5.1.4. Divórcio no Direito Hebraico.....	578
5.9.5.1.5. Divórcio na antiga Grécia.....	579
5.9.5.1.6. Divórcio na Roma antiga	579
5.9.5.1.7. Divórcio no âmbito eclesiástico.....	581
5.9.5.1.8. Divórcio na época contemporânea	583
5.9.5.1.9. Divórcio no Brasil até a década de 1977	584
5.9.5.1.10. Divórcio no Brasil após a Lei 6.515, de 26.12.1977	586
5.9.5.1.11. Divórcio no Brasil após a Constituição Federal de 1988.....	589
5.9.5.1.12. Divórcio no Brasil após a Emenda Constitucional nº 66, de 13.07.2010.....	590
5.9.5.2. Divórcio extrajudicial.....	598
5.9.5.3. Homologação de sentença estrangeira de divórcio.....	602
5.10. Da proteção da pessoa dos filhos	606
5.10.1. Legislação sobre a proteção dos filhos.....	606
5.10.2. Definição de guarda	607
5.10.3. Espécies de guarda	608
5.10.3.1. Guarda comum.....	608
5.10.3.2. Guarda unilateral e guarda compartilhada.....	609
5.10.3.2.1. Guarda unilateral.....	609
5.10.3.2.2. Desdobramento da guarda unilateral em guarda jurídica e material	610
5.10.3.2.3. Guarda compartilhada.....	611
5.10.3.2.4. Processo de guarda unilateral ou compartilhada.....	611
5.10.3.3. Guarda derivada.....	613
5.10.3.4. Guarda de fato.....	614
5.10.3.5. Guarda provisória.....	615
5.10.3.6. Guarda definitiva.....	617
5.10.3.7. Guarda por terceiro ou por instituições	618
5.10.3.8. Guarda para fim previdenciário	619
5.10.3.9. Guarda alternada	619
5.10.3.10. Aninhamento ou nidação.....	621
5.10.4. Redução das prerrogativas da guarda e destituição do poder familiar	622
5.10.5. Regulamentação excepcional da proteção dos filhos.....	623
5.10.6. Guarda dos filhos e novas núpcias	623
5.10.7. Direito de visita e sua extensão.....	624
5.10.8. Descumprimento da guarda e sua subtração	625
5.11. Relações de parentesco	627
5.11.1. Peculiaridades do parentesco.....	627
5.11.1.1. Definição e ordem de parentesco.....	627

5.11.1.2. Espécies de parentesco.....	629
5.11.1.3. Linha de parentesco.....	632
5.11.1.4. Grau de parentesco.....	633
5.11.2. Filiação.....	639
5.11.2.1. Conceito de filiação.....	639
5.11.2.2. Espécies de filiação.....	639
5.11.2.3. Princípio da igualdade da filiação.....	640
5.11.2.4. Reconhecimento dos filhos.....	641
5.11.2.4.1. Filiação na constância do casamento.....	641
5.11.2.4.2. Filiação fora do casamento.....	645
5.11.2.4.3. Reconhecimento da filiação pelo registro de nascimento.....	650
5.11.2.4.4. Reconhecimento voluntário de filiação sem registro.....	660
5.11.2.4.5. Oposição ao reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	672
5.11.2.4.6. Reconhecimento antes do nascimento ou após o falecimento do filho.....	677
5.11.2.4.7. Ação anulatória de reconhecimento de filiação.....	680
5.11.2.4.8. Reconhecimento judicial da paternidade.....	685
5.11.2.4.9. Efeitos jurídicos do reconhecimento.....	690
5.11.2.4.10. Reprodução Humana Assistida – RHA ou fecundação artificial.....	692
5.11.2.4.10.1. Evolução história da procriação substituta.....	692
5.11.2.4.10.2. Modalidades de inseminação artificial.....	696
5.11.2.4.10.3. Contrato de gestação por substituição.....	698
5.11.2.4.10.4. Regulamentação das técnicas de Reprodução Assistida – RA.....	702
5.11.2.4.10.5. Consentimento do cônjuge na Reprodução Assistida – RA.....	714
5.11.2.4.10.6. Investigação de paternidade pelo filho concebido por Reprodução Assistida – RA.....	717
5.11.2.4.10.7. Inseminação artificial heteróloga e os direitos e obrigações do filho assim concebido.....	734
5.11.2.4.10.8. Negatória de paternidade daquele que autorizou a inseminação artificial heteróloga.....	736
5.11.3. Adoção.....	738
5.11.3.1. Evolução histórica da adoção.....	738
5.11.3.2. Definição e natureza jurídica da adoção.....	753
5.11.3.3. Sujeito passivo e sujeito ativo da adoção.....	757
5.11.3.4. Formas de adoção.....	760
5.11.3.5. Requisitos da adoção.....	769
5.11.3.6. Princípio da isonomia de direitos.....	773
5.11.3.7. Adoção internacional.....	774
5.11.3.8. Procedimento para a adoção.....	781

5.11.3.9. Efeitos da adoção	791
5.11.4. Poder familiar	798
5.11.4.1. Evolução histórica do poder familiar	798
5.11.4.2. Conceito e características do poder familiar	803
5.11.4.3. Titularidade do poder familiar	805
5.11.4.4. Conteúdo do poder familiar	806
5.11.4.4.1. Poder familiar quanto à pessoa dos filhos	806
5.11.4.4.2 Poder familiar quanto aos bens dos filhos	810
5.11.4.5. Cessação, suspensão e perda do poder familiar	811
5.12. Regime de bens entre os cônjuges	816
5.12.1. Conceito de regime de bens	816
5.12.2. Princípios fundamentais do regime de bens	817
5.12.2.1. Princípio da variedade do regime de bens	817
5.12.2.2. Princípio da liberdade do pacto antenupcial	818
5.12.2.3. Mutabilidade justificada do regime adotado	821
5.12.3. Modalidades de regime de bens	827
5.12.3.1. Regime da comunhão parcial de bens	827
5.12.3.2. Regime da comunhão universal	832
5.12.3.3. Regime de participação final nos aquestos	842
5.12.3.4. Regime da separação de bens	847
5.13. Usufruto e administração dos bens de filhos menores	857
5.13.1. A incapacidade dos filhos e o usufruto e administração dos seus bens	857
5.13.2. O usufruto pelos pais dos bens dos filhos menores	858
5.13.3. A administração pelos pais dos bens dos filhos menores	862
5.13.4. Proibições legais impostas aos pais	867
5.13.5. Conflito de interesses	869
5.13.6. Bens excluídos da administração e do usufruto dos pais	871
5.14. Alimentos	872
5.14.1. Definição e natureza dos alimentos	872
5.14.2. Espécies de alimentos	874
5.14.2.1. Classificação quanto à origem	875
5.14.2.2. Classificação quanto à natureza	876
5.14.2.3. Classificação quanto ao momento procedimental para sua concessão	877
5.14.2.4. Classificação quanto ao momento de concessão	879
5.14.3. Características do direito aos alimentos	879
5.14.4. Obrigação legal alimentar	889
5.14.4.1 Obrigação alimentar decorrente do parentesco	889
5.14.4.2 Obrigação alimentar para com nascituro	892

5.14.4.3. Obrigação alimentar conjugal.....	894
5.14.5. Revisão, exoneração e extinção da obrigação alimentar.....	896
5.14.5.1. Revisão da obrigação alimentar.....	896
5.14.5.2. Exoneração da obrigação alimentar	898
5.14.5.3. Extinção da obrigação alimentar	902
5.14.6. Ações de alimentos	902
5.14.6.1. Ações de alimentos que cabem ao beneficiário.....	903
5.14.6.1.1. Ações alimentares oriundas do Direito de Família	903
5.14.6.1.2. Ações alimentares oriundas do Direito das Obrigações	904
5.14.6.1.3. Ações alimentares oriundas do Direito da Sucessão	905
5.14.6.1.4. Peculiaridades da ação de alimentos da Lei nº 5.478, de 25.07.1968.....	906
5.14.6.1.4.1. Pedido e contestação	906
5.14.6.1.4.2. Audiência de conciliação e julgamento.....	910
5.14.6.1.4.3. Recurso, ação rescisória e revisão da sentença	913
5.14.6.1.5. Peculiaridades da ação de reconhecimento de paternidade cumulada com alimentos	914
5.14.6.2. Ação de alimentos que cabem ao alimentante.....	918
5.14.6.2.1. Ação de oferta de alimentos.....	919
5.14.6.2.2. Ação declaratória de exoneração do encargo alimentício.....	922
5.14.7. Execução da prestação de alimentos	929
5.14.7.1. Cumprimento da sentença que fixa alimentos ou homologatória de acordo	929
5.14.7.2. Disposições que regulam a execução da prestação de alimentos.....	931
5.14.7.3. Medidas processuais para cumprimento efetivo da sentença.....	932
5.14.7.4. Desconto em folha de pagamento.....	933
5.14.7.4.1. Desconto em folha de pagamento de funcionário público	933
5.14.7.4.2. Desconto em folha de pagamento de militar.....	935
5.14.7.4.3. Desconto em folha de pagamento de celetista.....	936
5.14.7.4.4. Desconto em folha de pagamento de benefícios previdenciários.....	937
5.14.7.5. Recebimento das rendas do alimentante	938
5.14.7.6. Constituição de usufruto de bens do alimentante devedor	938
5.14.7.7. Execução específica através de penhora e arrematação	940
5.14.7.8. Prisão civil do alimentante.....	940
5.15. Bem de família	952
5.15.1. Conceito, característica e regulamentação do bem de família	952
5.15.2. Evolução histórica do bem de família.....	953
5.15.3. Bem de família involuntário ou legal (Lei nº 8.009, de 29.03.1990).....	960

5.15.3.1. Definição e natureza do bem de família involuntário.....	960
5.15.3.2. Titularidade do bem de família involuntário.....	961
5.15.3.3. Forma de instituição do bem de família involuntário.....	961
5.15.3.4. Objeto do bem de família involuntário.....	962
5.15.3.5. Elementos essenciais para validade do bem de família involuntário.....	963
5.15.3.5.1. Propriedade do bem de família involuntário	963
5.15.3.5.2. Destinação do bem de família involuntário	964
5.15.3.5.3. Solvabilidade de certas dívidas	964
5.15.3.5.4. Ausência da inalienabilidade.....	966
5.15.3.6. Extensão e valor do bem de família involuntário.....	966
5.15.3.7. Efeitos do bem de família involuntário	966
5.15.3.8. Casos de penhorabilidade do bem de família involuntário.....	968
5.15.3.8.1. Penhorabilidade dos veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.....	968
5.15.3.8.2. Penhorabilidade para garantir créditos de trabalhadores da própria re- sidência e das respectivas contribuições previdenciárias.....	970
5.15.3.8.3. Penhorabilidade para garantir crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel.....	977
5.15.3.8.4. Penhorabilidade para garantir crédito decorrente de pensão alimentícia	978
5.15.3.8.5. Penhorabilidade para garantir crédito decorrente de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar	979
5.15.3.8.6. Penhorabilidade para garantir crédito decorrente de execução de hi- poteca sobre o bem de família	981
5.15.3.8.7. Penhorabilidade do bem de família adquirido com produto de crime e para garantir crédito decorrente de execução de sentença penal conde- natória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.....	982
5.15.3.8.8. Penhorabilidade para garantir crédito decorrente de fiança concedida em contrato de locação	984
5.15.3.8.9. Penhorabilidade no caso de aquisição de ma-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar	986
5.15.3.9. Extinção do bem de família involuntário	987
5.15.4. Bem de família voluntário ou convencional (Código Civil de 2002).....	988
5.15.4.1. Definição do bem de família voluntário	988
5.15.4.2. Quem pode instituir o bem de família voluntário.....	989
5.15.4.3. Objeto do bem de família voluntário.....	991
5.15.4.4. Limite do valor para o bem de família voluntário.....	993
5.15.4.5. Elementos essenciais para a constituição do bem de família voluntário.....	993
5.15.4.5.1. Propriedade do bem de família voluntário.....	993
5.15.4.5.2. Destinação do bem de família voluntário.....	994

5.15.4.5.3. Solvabilidade do instituidor do bem de família voluntário	995
5.15.4.6. Forma de instituição do bem de família voluntário	996
5.15.4.7. Efeitos da instituição do bem de família voluntário	998
5.15.4.7.1. Impenhorabilidade	998
5.15.4.7.2. Inalienabilidade.....	999
5.15.4.8. Aplicação subsidiária da Lei n° 8.009, de 29.03.1990	999
5.15.4.9. Procedimento de instituição do bem de família voluntário.....	1000
5.15.4.10. Administração do bem de família voluntário	1002
5.15.4.11. Vigência e extinção do bem de família voluntário	1003
5.16. Tutela.....	1005
5.16.1. Definição de tutela	1005
5.16.2. Espécies de tutela	1007
5.16.2.1. Tutela testamentária	1007
5.16.2.2. Tutela legal.....	1010
5.16.2.3. Tutela dativa	1011
5.16.3. Tutelados.....	1013
5.16.4. Tutores e protutores.....	1013
5.16.5. Incapazes de exercer a tutela	1015
5.16.6. Escusa dos tutores.....	1017
5.16.7. Exercício da tutela	1018
5.16.8. Bens do tutelado	1031
5.16.9. Prestação de contas pelo tutor	1033
5.16.10. Cessação da tutela	1036
5.17. Curatela	1038
5.17.1. Conceito de curatela.....	1038
5.17.2. Interditos	1039
5.17.3. Curadores.....	1040
5.17.4. Curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física	1042
5.17.5. Requisitos da curatela.....	1042
5.17.6. Espécies de curatela	1044
5.17.7. Exercício da curatela	1046
5.17.8. Prestação de contas do curador	1047
5.17.9. Cessação da curatela.....	1048
5.18. Modelos.....	1050
– Escritura Pública de Reconhecimento de Paternidade de Filha Maior	1050
– Escritura Pública de Divórcio Consensual sem Bens	1052
– Instrumento de Doação Voluntária de Sêmen.....	1054

CAPÍTULO VI

UNIÕES ESTÁVEIS HETEROAFETIVAS
RECONHECIDAS E NÃO RECONHECIDAS

6.1. União de fato estável entre heterossexuais	1057
6.2. União de fato estável não reconhecida (concubinato)	1058
6.2.1. Evolução histórica do concubinato	1058
6.2.2. Conceito de concubinato	1064
6.2.3. Espécies de concubinato	1069
6.2.4. Proteção jurídica do concubinato	1070
6.3. União de fato estável e reconhecida	1075
6.3.1. Interpretação do § 3º do art. 226 da Constituição Federal de 1988	1075
6.3.2. Conceito de união estável.....	1081
6.3.3. Evolução histórica da união estável entre pessoas de sexos diferentes.....	1085
6.3.4. Requisitos básicos da união estável.....	1093
6.3.5. Espécies de união estável	1099
6.3.6. Conversão da união estável em casamento.....	1099
6.3.6.1. União estável e casamento oficial	1099
6.3.6.2. Regulamentação da conversão.....	1101
6.3.6.3. Legitimidade para requerer a conversão	1104
6.3.6.4. Forma da conversão.....	1106
6.3.6.5. Pacto antenupcial na conversão	1109
6.3.6.6. Efeitos da conversão.....	1111
6.3.7. Regime de bens na união estável.....	1116
6.3.8. Contrato de convivência.....	1119
6.3.8.1. Evolução legislativa do contrato de convivência.....	1119
6.3.8.2. Especificidade do contrato de convivência	1122
6.3.8.3. Momento do ajuste do contrato de convivência	1125
6.3.8.4. Cláusulas do contrato de convivência	1127
6.3.8.5. Clausula de regime de bens do contrato de convivência.....	1134
6.3.8.6. Alteração e extinção do contrato de convivência.....	1136
6.3.8.7. Validade dos atos frente ao contrato de convivência.....	1138
6.3.8.8. Necessidade de registro imobiliário do contrato de convivência.....	1138
6.3.9. Alimentos decorrentes da união estável.....	1140
6.3.10. Direitos sucessórios na união estável	1143
6.3.11. Dissolução da união estável e seus efeitos.....	1150

6.4. Modelos.....	1152
– Escritura Pública Declaratória de União Estável Regime da Comunhão Universal de Bens	1152
– Escritura Pública de Dissolução de União Estável.....	1154
– Escritura Pública de Pacto Antenupcial de Comunhão Universal de Bens durante União Estável.....	1156

CAPÍTULO VII

UNIÕES INSTÁVEIS HETEROAFETIVAS

7.1. Introdução	1161
7.2. Uniões sexuais instáveis reprimidas pelas normas jurídicas.....	1166
7.2.1. Estupro.....	1167
7.2.1.1. Conceito de estupro	1167
7.2.1.2. Evolução histórica do estupro.....	1167
7.2.1.3. Espécies de estupro.....	1169
7.2.1.4. Estupro na legislação brasileira	1171
7.2.2. Violação sexual mediante fraude.....	1172
7.2.2.1. Conceito de violação sexual mediante fraude	1172
7.2.2.2. Pena da violação sexual mediante fraude.....	1173
7.2.2.3. Distinção entre violação sexual mediante fraude e estupro vulnerável.....	1173
7.2.2.4. Elementos da violação sexual mediante fraude	1177
7.2.2.5. Sujeito ativo e sujeito passivo da violação sexual mediante fraude.....	1178
7.2.2.6. Elemento subjetivo da violação sexual mediante fraude.....	1178
7.2.2.7. Consumação da violação sexual mediante fraude	1178
7.2.2.8. Forma qualificada da violação sexual mediante fraude	1179
7.2.3. Assédio sexual.....	1179
7.2.3.1. Conceito de assédio sexual.....	1179
7.2.3.2. Requisitos do assédio sexual	1181
7.2.3.3. Formas de assédio sexual	1182
7.2.3.4. Assédio sexual na legislação penal.....	1184
7.2.4. Estupro de vulnerável	1186
7.2.4.1. Conceito de estupro de vulnerável	1186
7.2.4.2. Evolução histórica do estupro de vulnerável	1186
7.2.4.3. Elemento subjetivo do estupro de vulnerável.....	1189
7.2.4.4. Consumação e tentativa do estupro de vulnerável.....	1191
7.2.4.5. Modalidades de estupro de vulnerável	1191
7.2.4.6. Classificação de estupro de vulnerável.....	1192

7.2.4.7. Penas cominadas para o estupro de vulnerável	1193
7.2.4.8. Ação penal do estupro de vulnerável	1193
7.2.4.9. Presunção de violência e objetividade fática	1195
7.2.5. Corrupção de menores	1197
7.2.5.1. Corrupção de menores do Código Penal brasileiro	1199
7.2.5.1.1. Evolução histórica da corrupção de menores do Código Penal	1199
7.2.5.1.2. Objeto jurídico da corrupção de menores do Código Penal	1200
7.2.5.1.3. Sujeitos ativo e passivo na corrupção de menores do Código Penal	1200
7.2.5.1.4. Elementos objetivos da corrupção de menores do Código Penal	1201
7.2.5.1.5. Elemento subjetivo da corrupção de menores do Código Penal	1201
7.2.5.1.6. Consumação e tentativa na corrupção de menores do Código Penal	1201
7.2.5.1.7. Concurso de crimes na corrupção de menores do Código Penal	1202
7.2.5.2. Corrupção de menores do Estatuto da Criança e do Adolescente	1203
7.2.5.2.1. Evolução histórica da corrupção de menores do ECA	1203
7.2.5.2.2. Tipificação penal da corrupção de menores do ECA	1204
7.2.5.2.3. Sujeitos ativo e passivo da corrupção de menores do ECA	1205
7.2.5.2.4. Elementos objetivos da corrupção de menores do ECA	1206
7.2.5.2.5. Elementos subjetivos da corrupção de menores do ECA	1209
7.2.5.2.6. Consumação e tentativa na corrupção de menores do ECA	1209
7.2.5.2.7. Concurso de crimes na corrupção de menores do ECA	1210
7.2.5.2.8. Conduta equiparada à corrupção de menores do ECA	1210
7.2.5.2.9. Causa especial de aumento da pena da corrupção de menores do ECA	1211
7.2.6. Satisfação de lascívia mediante presença de menor	1212
7.2.6.1. Definição de satisfação de lascívia mediante presença de menor	1212
7.2.6.2. Objetividade jurídica da satisfação de lascívia mediante presença de menor	1213
7.2.6.3. Sujeito ativo e passivo da satisfação de lascívia mediante presença de menor	1213
7.2.6.4. Conduta na satisfação de lascívia mediante presença de menor	1213
7.2.6.5. Elementos objetivos e normativos na satisfação de lascívia mediante presença de menor	1214
7.2.6.6. Elementos subjetivos na satisfação de lascívia mediante presença de menor	1216
7.2.6.7. Consumação e tentativa na satisfação de lascívia mediante presença de menor	1217
7.2.6.8. Aumento de pena na satisfação de lascívia mediante presença de menor	1218
7.2.7. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	1218
7.2.7.1. Definição de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	1218
7.2.7.2. Objetividade jurídica do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	1219

7.2.7.3. Sujeito ativo e passivo do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	1220
7.2.7.4. Conduta no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	1221
7.2.7.5. Elementos objetivos e normativos no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	1224
7.2.7.6. Elemento subjetivo no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	1225
7.2.7.7. Consumação e tentativa no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	1225
7.2.7.8. Situações equiparadas no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	1226
7.2.7.9. Aplicação cumulativa da pena de multa e aumento de pena no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	1227
7.2.7.10. Ação penal e segredo de justiça no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	1228
7.2.8. Casamento oficial com conhecimento prévio de impedimento matrimonial.....	1229
7.2.8.1. Conceito de crime de casamento oficial com conhecimento prévio de impedimento matrimonial.....	1229
7.2.8.2. Bem jurídico protegido no casamento oficial com conhecimento prévio de impedimento matrimonial	1229
7.2.8.3. Sujeito ativo e passivo no casamento oficial com conhecimento prévio de impedimento matrimonial	1229
7.2.8.4. Elemento objetivo no casamento oficial com conhecimento prévio de impedimento matrimonial.....	1230
7.2.8.5. Elemento subjetivo no casamento oficial com conhecimento prévio de impedimento matrimonial.....	1230
7.2.8.6. Consumação e tentativa no casamento oficial com conhecimento prévio de impedimento matrimonial.....	1231
7.2.8.7. Ação penal no casamento oficial com conhecimento prévio de impedimento matrimonial.....	1231
7.2.9. Casamento oficial com induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento matrimonial.....	1231
7.2.9.1. Conceito de crime de casamento oficial com induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento matrimonial	1231
7.2.9.2. Bem jurídico protegido no casamento oficial com induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento matrimonial.....	1231
7.2.9.3. Sujeito ativo e passivo no casamento oficial com induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento matrimonial.....	1232
7.2.10.4. Elemento objetivo no casamento oficial com induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento matrimonial.....	1232

7.2.9.5. Elemento objetivo no casamento oficial com induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento matrimonial	1233
7.2.9.6. Consumação e tentativa no casamento oficial com induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento matrimonial.....	1233
7.2.9.7. Ação penal no casamento oficial com induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento matrimonial.....	1234
7.2.10. Simulação de autoridade para celebração de casamento	1234
7.2.10.1. Conceito de crime de simulação de autoridade para celebração de casamento	1234
7.2.10.2. Bem jurídico protegido no crime de simulação de autoridade para celebração de casamento	1234
7.2.10.3. Sujeito ativo e passivo no crime de simulação de autoridade para celebração de casamento	1235
7.2.10.4. Elemento objetivo no crime de simulação de autoridade para celebração de casamento	1235
7.2.10.5. Elemento subjetivo no crime de simulação de autoridade para celebração de casamento	1236
7.2.10.6. Consumação e tentativa no crime de simulação de autoridade para celebração de casamento	1236
7.2.10.7. Ação penal no crime de simulação de autoridade para celebração de casamento	1237
7.2.11. Simulação de casamento oficial.....	1237
7.2.11.1. Conceito de crime de simulação de casamento oficial	1237
7.2.11.2. Bem jurídico protegido no crime de simulação de casamento oficial.....	1238
7.2.11.3. Sujeito ativo e passivo no crime de simulação de casamento oficial	1238
7.2.11.4. Elemento objetivo no crime de simulação de casamento oficial	1238
7.2.11.5. Elemento subjetivo no crime de simulação de casamento oficial.....	1239
7.2.11.6. Consumação e tentativa no crime de simulação de casamento oficial.....	1239
7.2.11.7. Concurso no crime de simulação de casamento oficial.....	1239
7.2.11.8. Ação penal no crime de simulação de casamento oficial	1240
7.3. Prostituição	1240
7.3.1. Introdução	1240
7.3.2. Classificação da prostituição	1244
7.3.3. Definição de prostituição	1247
7.3.4. Causas da prostituição	1248
7.3.5. Aspectos jurídicos e profissionalização da prostituição	1253
7.3.5.1. Prostituição e exploração sexual de menores.....	1253
7.3.5.2. Novas formas de prostituição	1255
7.3.5.2.1. Prostituição na internet	1256
7.3.5.2.2. Prostituição corporativa	1256
7.3.5.3. Marginalização da prostituição	1257

7.3.5.4. Crimes de lenocínio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	1258
7.3.5.4.1. Mediação para servir a lascívia de outrem.....	1258
7.3.5.4.1.1. Conceito do crime de mediação para servir a lascívia de outrem.....	1258
7.3.5.4.1.2. Objetividade jurídica do crime de mediação para servir a lascívia de outrem	1259
7.3.5.4.1.3. Sujeitos do crime de mediação para servir a lascívia de outrem	1260
7.3.5.4.1.4. Tipicidade do crime de mediação para servir a lascívia de outrem	1261
7.3.5.4.1.4.1. Forma típica simples da mediação para servir a lascívia de outrem..	1261
7.3.5.4.1.4.2. Formas típicas qualificadas da mediação para servir a lascívia de outrem	1263
7.3.5.4.1.4.3. Conflito aparente de normas na mediação para servir a lascívia de outrem	1265
7.3.5.4.1.5. Aumento de pena na mediação para servir a lascívia de outrem.....	1266
7.3.5.4.1.6. Ação pena e segredo de justiça na mediação para servir a lascívia de outrem.....	1266
7.3.5.4.2. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual....	1266
7.3.5.4.2.1. Conceito do crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	1266
7.3.5.4.2.2. Objetividade jurídica do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	1268
7.3.5.4.2.3. Sujeitos no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	1269
7.3.5.4.2.4. Tipicidade do crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	1269
7.3.5.4.1.4.1. Forma típica simples de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	1269
7.3.5.4.1.4.2. Formas típicas qualificadas do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	1271
7.3.5.4.2.5. Elemento subjetivo do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	1273
7.3.5.4.2.6. Consumação e tentativa no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	1273
7.3.5.4.2.7. Aumento de pena no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	1274
7.3.5.4.2.8. Ação penal e segredo de justiça no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	1274
7.3.5.4.3. Casa de prostituição	1275
7.3.5.4.3.1. Conceito de casa de prostituição	1275
7.3.5.4.3.2. Definição do crime de manutenção de casa de prostituição	1275
7.3.5.4.3.3. Tipificação penal da manutenção de casa de prostituição	1278

7.3.5.4.3.4. Sujeitos do crime de manutenção de casa de prostituição.....	1280
7.3.5.4.3.5. Elemento objetivo do crime de manutenção de casa de prostituição..	1281
7.3.5.4.3.6. Consumação e tentativa no crime de manutenção de casa de prostituição	1281
7.3.5.4.3.7. Elemento subjetivo do crime de manutenção de casa de prostituição	1282
7.3.5.4.4. Rufianismo	1282
7.3.5.4.4.1. Conceito de rufianismo.....	1282
7.3.5.4.4.2. Definição do crime de rufianismo.....	1286
7.3.5.4.4.3. Tipificação penal do crime de rufianismo	1288
7.3.5.4.4.4. Elemento objetivo do crime de rufianismo	1288
7.3.5.4.4.5. Sujeitos do crime de rufianismo	1288
7.3.5.4.4.6. Consumação e tentativa no crime de rufianismo	1289
7.3.5.4.4.7. Elemento subjetivo do crime de rufianismo.....	1289
7.3.5.4.5. Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	1289
7.3.5.4.5.1. Definição do crime de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	1289
7.3.5.4.5.2. Objetividade jurídica do tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	1290
7.3.5.4.5.3. Sujeitos do crime de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.....	1291
7.3.5.4.5.4. Tipificação penal do tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.....	1292
7.3.5.4.5.5. Elementos do tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.....	1292
7.3.5.4.5.6. Consumação e tentativa do crime de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	1295
7.3.5.4.5.7. Condutas típicas equiparadas ao crime de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	1295
7.3.5.4.5.8. Causas de aumento da pena de reclusão e aplicação cumulativa da pena de multa	1296
7.3.5.4.5.9. Ação penal e segredo de justiça no crime de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	1298
7.3.5.4.6. Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	1298
7.3.5.4.6.1. Definição do crime de tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual.....	1298
7.3.5.4.6.2. Objetividade jurídica do tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual.....	1299
7.3.5.4.6.3. Sujeitos do crime de tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual.....	1300
7.3.5.4.6.4. Tipificação penal do tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual.....	1300
7.3.5.4.6.5. Elementos do tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual ...	1301

7.3.5.4.6.6. Consumação e tentativa do crime de tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	1302
7.3.5.4.6.7. Condutas típicas equiparadas ao crime de tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	1303
7.3.5.4.6.8. Causas de aumento da pena de reclusão e aplicação cumulativa da pena de multa	1304
7.3.5.4.6.9. Ação penal e segredo de justiça no crime de tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	1305
7.3.5.5. Profissionalização da prostituição	1306
7.3.5.5.1. Reconhecimento da prostituição como profissão	1306
7.3.5.5.2. Projeto de Lei nº 4.211/2012	1308
7.3.5.5.3. Não legalização da profissão do sexo e o controle de doenças sexualmente transmissíveis	1312
7.3.5.5.4. Prostituição e normas trabalhistas	1315
7.3.5.5.5. Prostituição e normas previdenciárias	1321

CAPÍTULO VIII

UNIÕES ESTÁVEIS POLIAFETIVAS

8.1. Introdução	1323
8.2. A bigamia oficial e a bigamia de fato, instáveis ou estáveis, e as normas jurídicas de repressão	1331
8.3. Crime de bigamia	1334
8.3.1. Conceito de bigamia	1334
8.3.2. Evolução histórica da bigamia	1334
8.3.3. Objetividade jurídica do crime de bigamia	1335
8.3.4. Conduta no crime de bigamia	1337
8.3.5. Sujeito ativo e passivo do crime de bigamia	1338
8.3.6. Elemento subjetivo no crime de bigamia	1339
8.3.7. Consumação e tentativa no crime de bigamia	1339
8.3.8. Ação penal no crime de bigamia	1340
8.4. União estável poliafetiva	1341
8.4.1. Reconhecimento da união estável poliafetiva	1341
8.4.2. Posição da jurisprudência dos Tribunais	1348

CAPÍTULO IX

UNIÕES ESTÁVEIS HOMOAFETIVAS

9.1. Homossexualismo: definição e tipos	1354
9.1.1. Definição de homossexualismo	1354

9.1.2. Tipos de homossexualismo.....	1355
9.1.2.1. Homossexualismo masculino	1356
9.1.2.2. Homossexualismo feminino	1357
9.1.3. Designações utilizadas para o homossexualismo	1358
9.2. As origens do homossexualismo e os seus aspectos jurídicos.....	1363
9.3. Criminalização da homossexualidade	1378
9.4. Reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.....	1379
9.5. Do registro de uniões homoafetiva em cartório de títulos e documentos até o reconhecimento do direito de celebração do casamento civil e conversão da união estável homoafetiva em casamento.....	1383
9.6. Reconhecimento das uniões homoafetivas no âmbito do Poder Legislativo	1393
9.7. Repressão à discriminação por orientação sexual.....	1413
9.7.1. A homofobia no mundo.....	1414
9.7.2. A homofobia no Brasil	1415
9.7.3. Legislação antidiscriminatória.....	1422
9.8. Uniões estáveis homoafetivas perante à Previdência Social.....	1430
9.9. Adoção por casais homossexuais	1433
9.10. Companheiro homoafetivo estrangeiro	1438
9.11. Modelos.....	1441
– Escritura Pública Declaratória de União Homoafetiva Estável	1441

CAPÍTULO X

FAMÍLIA MONOPARENTAL

10.1. Conceito de família monoparental.....	1445
10.2. Fenômeno da monoparentalidade	1446
10.3. Características da família monoparental.....	1447
10.4. Fatores determinantes da família monoparentalidade	1449
10.4.1. Fatores principais da monoparentalidade.....	1449
10.4.1.1. Celibato.....	1449
10.4.1.2. Separação de corpos, separação de fato, separação judicial ou divórcio	1452
10.4.1.3. União livre	1453
10.4.1.4. Mães solteiras	1456
10.4.1.5. Viuvez	1459
10.4.2. Fatores secundários.....	1460
10.4.2.1. Entrada da mulher no mercado de trabalho	1460
10.4.2.2. Controle contraceptivo.....	1461

10.4.2.3. Enfraquecimento da influência religiosa na vida das pessoas e mudança da mentalidade social.....	1463
10.4.2.4. Tendência global da legislação ordinária mais liberal e igualitária	1463
10.5. Direitos da família monoparental	1464
10.6. Modelos.....	1468
– Escritura Pública Declaratória de Estado de Celibato/Civil.....	1468

CAPÍTULO XI

LEGITIMAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS, DIREITO VIVO E COSTUMES ALTERNATIVOS

11.1. Conceito de legitimidade	1470
11.2. Princípios da legitimidade	1471
11.3. Distinção das classes de legitimidade, segundo Max Weber: legitimidade carismática, legitimidade tradicional e legitimidade racional ou legal.....	1473
11.4. A legitimidade racional material baseada numa moral justificadora	1478
11.5. A legitimidade e a efetividade na concepção do positivismo jurídico.....	1480
11.6. A teoria sociológica da legitimação de Niklas Luhmann.....	1485
11.7. As leis politicamente incorretas.....	1492
11.8. A necessidade de as normas jurídicas se adequarem às mudanças sociais	1498
11.9. O direito positivo, o “direito vivo” e o costume alternativo	1501
11.10. O equilíbrio entre as necessidades da sociedade e a liberdade individual....	1504
11.11. A deslegitimação da norma jurídica e o surgimento de costumes alternativos ou paralelos	1506
11.12. A restrição da liberdade irrenunciável.....	1507
11.13. As minorias e o problema da força coercitiva.....	1509
11.14. O reconhecimento de direitos às minorias como mecanismo necessário à mais ampla eficácia das normas jurídicas.....	1512

CAPÍTULO XII

CONCLUSÃO

12.1. Conclusão	1515
Bibliografia	1537